



Secretaria de Estado da Educação

# CLIPPING

18 de Agosto 2015



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

**Veículo:** Notícias do Dia

**Editoria:** Panorama

**Data:** 18/08/2015

**Assunto:** WorldSkills

**Página:** 12

# Notícias do Dia



### **Exemplo jovem**

Os catarinenses que participaram da WorldSkills Competition, encerrada no domingo em São Paulo, deram exemplo para os jovens profissionais do Estado. O Brasil liderou a competição no número de pontos e de medalhas – 45 no total. O catarinense Eduardo Kruczkievicz (foto), do Senai de São Bento do Sul, conquistou a prata na modalidade tornearia CNC. Além dele, conquistaram medalhas de excelência Alef Scholze (Senai de São Bento do Sul, em fresagem CNC), Rafael Oening (Senai de Blumenau, administração de sistemas de rede) e Milena Berkembrock (Senac de Indaial, florista).



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Diário Catarinense	<b>Editoria:</b> Moacir Pereira	<b>Data:</b> 18/08/2015
<b>Assunto:</b> Obrigações	<b>Página:</b> 12	

# DIÁRIO CATARINENSE

## AMEAÇA

Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino recorreu ao STF para questionar o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que entra em vigor em janeiro. Segundo o presidente do Sindicato das Escolas Particulares, Marcelo Batista de Souza, a nova lei impõe obrigações às instituições proibindo qualquer cobrança extra para cobrir despesas. "As normas podem inviabilizar as instituições privadas".



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Folha de São Paulo	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 18/08/2015
<b>Assunto:</b> Drogas		<b>Página:</b> Online

EM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL - F. 4. V. 4. WWW.FOLHA.COM.BR

# FOLHA DE S. PAULO

### **Jovens saudáveis usam remédios psiquiátricos para ir melhor em provas**

As novas drogas da vez entre universitários e jovens profissionais passam longe de shows e baladas. As chamadas "smart drugs" são consumidas em universidades, cursinhos e escritórios.

Para estudar por várias horas sem perder o foco, pessoas sem problemas psiquiátricos ou neurológicos estão tomando pílulas para transtorno de déficit de atenção, narcolepsia e até mal de Alzheimer.

A Folha entrevistou cinco jovens, com idades entre 25 e 30 anos, que usam psicoestimulantes sem ter necessidade terapêutica. Todos citaram o desejo de turbinar os estudos.

O médico Lucas (nome fictício), 28, diz que começou a tomar ritalina, remédio para transtorno de déficit de atenção, por causa das longas horas de trabalho e as obrigações de estudo para a residência em ortopedia. Ele diz que só assim conseguia se manter concentrado e acordado.

"Deixa você mais focado. Para mim, fez efeito, mas eu comecei a sofrer com muita ansiedade e, no fim, comecei a ter crises de pânico", relata.

Gabriela, 22, diz que conseguiu anfetaminas com uma colega em um cursinho para o concurso de admissão à carreira diplomática. Ela diz que, tirando a perda de apetite, ela não sentiu muita diferença.

"Conseguo ficar mais acordada, mas não sei se rendo mais. Tenho tomado só quando preciso dar conta de muita matéria. Não acho que estou dependente", avalia.

#### DOPING

Par alguns especialistas, as "drogas da inteligência" estão para o mundo acadêmico como os esteroides anabolizantes estão para o esportivo: embora possa haver algum ganho de resultado, há risco de vários efeitos colaterais.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Existe também um dilema ético: quem usa essas substâncias antes de uma prova, como um concurso público, teria vantagem sobre seus concorrentes. "Para mim, isso é doping", diz o psiquiatra Mario Louzã, coordenador do Programa de Deficit de Atenção e Hiperatividade no Adulto do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas.

Gilda Paolliello, professora de psiquiatria do Ipemed, pensa igual: "É concorrência desleal". Ela diz que, em seu consultório, já consegue perceber uma grande quantidade de pré-universitários, "concurseiros" e executivos que têm abusado das substâncias.

Ao contrário de outros países, o Brasil ainda não tem dados sobre o uso "cosmético" desses remédios. O que se sabe é que a venda de psicoestimulantes aumentou 25% nos últimos cinco anos.

Juntas, as drogas dessa classe –Ritalina e Ritalina La (Novartis), Venvanse (Shire), Concerta (Janssen Cilag) e Stavigile (Libbs)– venderam 2,16 milhões de caixas entre julho de 2014 e julho de 2015.

Acredita-se que a moda tenha começado entre estudantes americanos e profissionais de Wall Street. Uma pesquisa divulgada em 2014 indica que quase um em cada cinco estudantes da "Ivy League" –grupo de universidades de elite que inclui Harvard– usaram algum tipo de "smart drug" durante o período letivo.

Em um artigo no "Journal of Medical Ethics", Vince Cakic, da Universidade de Sidney, afirma que, no futuro, pode ser até que estudantes tenham de se submeter a exames de urina.

### EFICÁCIA E RISCOS

A eficácia das "smart drugs" é polêmica. Os estudos, até agora, não têm resultados conclusivos: alguns indicam certos ganhos, outros mostram que não há vantagens para pessoas saudáveis.

Um dos exemplos é o modafinil, comercializado no Brasil como Stavigile. Seu uso registrado na Anvisa é para tratamento de narcolepsia, mas ela é muito popular entre os estudantes. Enquanto um trabalho de 2012 indicou que a modafinil conseguiu melhorar a performance cognitiva de médicos que estavam sem dormir, um trabalho de 2014 mostrou um resultado contrário; estudantes ficaram mais lentos para tomar decisões.

Especialistas alertam principalmente para a falta de estudos que indiquem possíveis danos do uso em longo prazo dessas drogas por quem não tem indicação médica.

Na internet, é fácil ter acesso a blogs e fóruns em que estudantes discutem o tema e ensinam estratégias de uso.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Embora sejam de uso controlado, os estudantes têm acesso relativamente fácil às pílulas no mercado paralelo, sobretudo em redes sociais.

"Os blogs vendem um pouco a ilusão de que você vai ficar muito inteligente e aprender tudo. Mesmo para uma pessoa sadia o aumento de concentração não é assim tão grande. Se a sua concentração já está em 100%, não vai para 200%", explica Louzã.

Profissionais alertam também para efeitos negativos após o uso prolongado.

"Esses psicoestimulantes podem levar tanto à dependência física quanto à psíquica. Ou seja, a pessoa só consegue se sentir segura se usar" diz Gilda Paolliello. "É bem comum ter insônia e ansiedade. Além disso, o uso prolongado pode levar a problemas cardíacos, arritmia."



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Blog Moacir Pereira	<b>Editoria:</b> Blog Moacir Pereira	<b>Data:</b> 18/08/2015
<b>Assunto:</b> Obrigações		<b>Página:</b> Online



### Sindicato das Escolas Particulares de SC entra com liminar no STF contra Estatuto da Pessoa com Deficiência

O SINEPE/SC divulgou posição sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência que entra em vigor em janeiro de 2016:

“Governo exige das escolas particulares aquilo que o próprio Estado não consegue cumprir.

As escolas particulares decidiram ir à suprema corte federal para colocar um ponto final na polêmica sobre o anunciado Estatuto da Pessoa com Deficiência, que entra em vigor a partir do próximo janeiro. Presidente do Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina, professor Marcelo Batista de Sousa diz que referido estatuto impõe uma série de obrigações às instituições privadas de ensino para o atendimento de todo e qualquer portador de necessidade especial, mas veda a cobrança de quaisquer valores adicionais na anuidade escolar.

“As exigências tornarão os valores necessários ao custeio na educação privada proibitivos, e dessa forma, vão comprometer a existência da escola privada”, explica à coluna, anunciando que a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen) ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF), a Ação de Inconstitucionalidade (ADI) 5357, com pedido de liminar. Para o presidente do Sinepe/SC, os dispositivos questionados também violam o princípio da razoabilidade, além do artigo 208, inciso III, do texto constitucional, que prevê como dever do Estado o atendimento educacional aos portadores de necessidade especiais.

“No momento em que a norma entrar em vigor, o Poder Público ou interessados poderão estar exigindo das escolas particulares aquilo que o próprio Estado não consegue cumprir.

Aldo Grangeiro  
SINEPE/SC”



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Consed	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 18/08/2015
<b>Assunto:</b> Base Nacional		<b>Página:</b> Online



### **Consed realiza reunião técnica sobre a Base Nacional Comum - BNC**

O Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed, em parceria com a Fundação Lemman e o Movimento pela Base Nacional Comum, realizou ontem (13/08) uma reunião entre a Secretaria Executiva do CONSED e os coordenadores da Base Nacional Comum dos 27 estados brasileiros, para traçar estratégias para o processo de formulação da Base Nacional Comum.

Na abertura, a atividade contou com a participação da secretária executiva do Conselho, Nilce Rosa da Costa. Ela ressaltou que a construção de uma Base Nacional Comum - BNC precisa respeitar a diversidade dos estados e é uma prioridade do Fórum de Secretários, que definiu “uma agenda política, alinhada ao PNE, para o avanço na implementação de políticas públicas educacionais e a maior qualidade da educação brasileira”, com os seguintes eixos prioritários: A definição da Base Nacional Comum; O Financiamento da Educação Brasileira; O debate sobre os Planos de Carreira dos profissionais do magistério brasileiro; O foco na Gestão Escolar e a Reformulação do Ensino Médio.

Nilce Rosa da Costa, destacou que este grupo técnico tem uma importância estratégica para o projeto da BNC, pois “irá alinhar as estratégias e expectativas” e também terão a tarefa de elaborar subsídios para a interlocução das Secretarias Estaduais de Educação com a Comissão de Especialistas da Base Nacional Comum.

Wisley Pereira, coordenador da BNC do Estado do Goiás destacou que é fundamental a reunião da rede, e a proposição de um nivelamento da discussão da Base Nacional Comum. “A consolidação dos planos em um único documento é para mostrar qual o caminho mínimo que os estados precisam percorrer para que dê legitimidade da intervenção dos professores no documento. Para que possamos ir além de uma mobilização somente do conhecimento da existência que o Brasil está discutindo uma Base Nacional Comum”.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

“A reunião foi fundamental para que os estados compreendessem efetivamente suas responsabilidades neste processo e que pudessem observar quais são os pontos convergentes e divergentes entre os estados acerca de todo o processo de discussão e compilação do documento” afirmou Maíke Cristine Ricci, coordenadora da BNC do Estado de Santa Catarina.

Raph Gomes, que representou o Movimento pela Base Nacional Comum no encontro, destacou as contribuições que o Movimento poderá oferecer como a “possibilidade mobilizar atores importantes em torno da causa e produzir estudos e pesquisas para subsidiar esse debate”.

Durante a reunião, foram levantadas questões que são fundamentais para a qualificação da discussão da BNC em todas as regiões, estados, municípios e, especialmente, nas escolas. Dentre as deliberações do grupo esta a definição das responsabilidades que cada Estado têm neste processo, no sentido de que o país estará decidindo por meio deste documento da BNC um modelo de sociedade.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 18/08/2015
<b>Assunto:</b> Formação		<b>Página:</b> Online



# Portaria aprimora a oferta de cursos pela Bolsa-Formação

Duas das três portarias relacionadas à educação profissional e tecnológica assinadas na quinta-feira, 13, em São Paulo, pelo ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, foram publicadas na sexta-feira, 14. Uma delas refere-se à oferta de cursos pela Bolsa-Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). A outra regulamenta o conceito de aluno equivalente e da relação aluno por professor na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

A Bolsa-Formação abre a possibilidade de oferta de cursos de formação inicial e continuada na modalidade a distância, a criação de um índice de conclusão de cursos por unidade de ensino e o estímulo à estruturação de cursos em itinerários formativos, incluídos aqueles voltados para o jovem aprendiz. A Bolsa-Formação do Pronatec é responsável pelo financiamento de cursos técnicos e de formação inicial e continuada nas redes públicas de educação profissional e tecnológica, serviços nacionais de aprendizagem (sistema S) e instituições particulares devidamente habilitadas pelo MEC.

A portaria que regulamenta o conceito de aluno equivalente estabelece fatores para o cálculo de indicadores de gestão. Aluno equivalente é o principal indicador na análise dos custos de manutenção das instituições federais de ensino. O documento regulamenta dispositivo da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

As portarias do MEC n.º 817, sobre a oferta da Bolsa-Formação, e 818, que regulamenta o conceito de aluno equivalente, foram publicadas no Diário Oficial da União de sexta-feira, 14. Elas foram assinadas na véspera, durante reunião do ministro Janine Ribeiro com representantes do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), na capital paulista.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 18/08/2015
<b>Assunto:</b> Cartas		<b>Página:</b> Online



# Estudantes aprendem com cartas a escrever e a expressar ideias

Professora de português, Maria Rosana Guimarães Zwieczkowski acredita na importância de escrever bem. Tanto que desenvolve atividades para levar os estudantes a evoluir na redação. "Quando eles adquirem essa habilidade, podem expressar as ideias de forma clara e objetiva e, assim, ser entendidos", justifica.

Maria Rosana defende a necessidade de as crianças aprenderem a ordenar os pensamentos e a usar as regras do idioma para expressá-los. "Depois de jovens e adultos, podem se manifestar sem medo e, dessa forma, ser aceitos pelos demais", ressalta a professora, que atua no magistério público do Paraná há 25 anos e há 19 leciona no Colégio Estadual Professor Dario Veloso, do município de Mallet. Ela tem alunos do ensino fundamental e médio e do curso de formação de docentes.

Para a professora, erros ortográficos comprometem a imagem profissional. Por isso, a preocupação em capacitar os alunos para a escrita e, assim, ajudá-los a se tornar cidadãos mais seguros e confiantes.

No primeiro semestre deste ano, Maria Rosana desenvolveu o projeto Cuidando do Meio Ambiente, para incentivar a escrita entre os alunos do 6º ano do ensino fundamental e colaborar na criação de uma consciência cidadã. Os estudantes foram desafiados a enviar cartas à população do município para tratar de temas como lixo e limpeza urbana. "Deu bons resultados", garante. "Os alunos, motivados, escreveram outras cartas para falar sobre os cuidados para evitar a dengue."

Algumas cartas foram publicadas no jornal da cidade. "Eles gostam quando as cartas aparecem no jornal e querem escrever bem para que sua produção seja a escolhida", revela Maria Rosana. "Muita gente comentou, as cartas foram lidas em outras escolas, e isso é um incentivo para que os alunos melhorem cada vez mais a escrita." Na próxima etapa, as cartas tratarão da importância da preservação das nascentes e rios do município.

Leitura — Outro projeto desenvolvido por Maria Rosana com os alunos do 6º ano é voltado para a leitura. "Ela é a base para a boa escrita", garante. Nesse projeto, os estudantes são estimulados a pegar livros nas bibliotecas da escola e do município, por empréstimo. Os que mais leem recebem prêmios. "É gratificante perceber que todos os alunos se empenham para participar do concurso", diz. "Com isso, estão criando o hábito da leitura, e as produções estão cada vez melhores e mais criativas."

Com os estudantes do 9º ano, a professora desenvolve, desde o ano passado, um projeto de blogue. "Eles fazem tudo: criaram o blogue, escrevem e postam. Eu apenas incentivo e ajudo." Com alunos do 3º ano do ensino médio, o projeto envolve a leitura de temas polêmicos, de interesse dos próprios estudantes. Cada grupo fica com um tema. A partir da leitura, os alunos selecionam informações, vídeos, charges, notícias e outros textos sobre o assunto e os apresentam



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

ao restante da turma. Depois da apresentação e de debate sobre o tema, eles produzem texto dissertativo.

"Desde que comecei a trabalhar dessa maneira, percebo que as produções melhoraram muito, pois eles têm mais facilidade para escrever quando conhecem melhor o assunto", justifica. Maria Rosana tem graduação em letras e pós-graduação em língua portuguesa e literatura e em mídias da educação.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Diário Catarinense	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 18/08/2015
<b>Assunto:</b> Bolsas		<b>Página:</b> online

### DIÁRIO CATARINENSE

## **Secretaria de Educação de SC oferece 280 bolsas para pós-graduação presencial**

*Inscrições para programa Bolsas Universitárias de SC (Uniedu) seguem até o dia 28 de agosto*

Estudantes de pós-graduação matriculados em cursos presenciais podem se candidatar a uma das 280 bolsas ofertadas pela Secretaria de Estado da Educação através do programa Bolsas Universitárias de Santa Catarina (Uniedu). O cadastro vai até dia 28 de agosto pelo site do programa.

O Estado irá oferecer 100 bolsas de especialização, 120 de mestrado e 60 de doutorado, com investimento de R\$ 380 mil mensais. Os primeiros pagamentos serão realizados em dezembro de 2015.

Segundo edital, os candidatos serão escolhidos, entre outros critérios, pela "relevância da área do conhecimento do curso para o desenvolvimento científico e tecnológico da região do candidato; Prioridade da área de conhecimento para o desenvolvimento regional; Originalidade e inovação; Viabilidade técnica e econômica de execução".

O nome dos classificados será divulgado no dia 30 de setembro, e a documentação necessária deve ser submetida à Secretaria de Educação entre os dias 16 e 23 de outubro.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 18/08/2015
<b>Assunto:</b> Raio X	<b>Página:</b> Online	



### O RAIO X DAS ESCOLAS DO PAÍS

O G1 publica uma série especial de três capítulos sobre a infraestrutura das unidades de Ensino Básico no Brasil. O que diz o Censo Escolar?

**Fonte: G1**

Mais da metade das escolas sem esgoto encanado. Quase um terço sem rede de água. Um quarto sem coleta de lixo. É esse o retrato traçado pelo Censo Escolar 2014. Os números revelam que boa parte das instituições de ensino ainda não conta com o básico. Mas mostram também que alguns indicadores, como a oferta de internet, têm melhorado ano a ano.

De 2010 a 2014, o percentual de escolas com rede de esgoto passou de 42% para 47% apenas. Já o percentual de escolas com internet foi de 47% para 61% no mesmo período.

Os dados, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), foram tabulados a pedido do G1 pela Fundação Lemann e pela Meritt, responsáveis pelo portal QÉdu.

Especialistas ouvidos pela reportagem apontam a falta de recursos, a ausência de planejamento e uma gestão deficiente como entraves para uma melhora efetiva dos indicadores tanto das estruturas prediais como dos equipamentos e mobiliários das escolas.

O pesquisador Thiago Alves, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), diz que não é razoável pensar em uma escola de qualidade sem uma infraestrutura adequada. “A gente olha os países ditos desenvolvidos em educação e não há nenhuma escola com boas notas e uma estrutura ruim. O problema é que a qualidade da educação no Brasil é medida apenas por testes”, afirma.

Segundo ele, a falta de indicadores que vinculem o rendimento acadêmico à qualidade da infraestrutura escolar é usada por gestores e secretários para o “desinvestimento” nas reformas físicas. “Mas quando alguém vai escolher uma escola para o filho, vai sempre optar pela que tem o espaço físico mais adequado.”



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Alves diz que um dos principais problemas está na má gestão dos recursos. “A parte de infraestrutura custa 10% do orçamento de educação, mas mesmo assim há dificuldade financeira para custear e fazer obras. Eu já vi casos de uma escola que foi construída e o prédio foi entregue com o mictório pregado na parede, mas sem cano. O aparelho de datashow estava lá também, mas sem fiação. Isso está muito presente nas secretarias, que têm dificuldade de planejar, contratar e acompanhar as obras.”

Existem hoje no país 189.818 escolas de ensino básico – 150.033 públicas e 39.785 particulares.

Veja a comparação da infraestrutura das escolas de 2010 a 2014, por cidade, em quatro diferentes itens:

### Sem o básico

No caso dos dados de saneamento básico, Eduardo Deschamps, presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), diz que a falta de estrutura nas escolas reflete a situação do país, que tem números “assustadores”. “Blumenau (SC), por exemplo, que tem um IDH elevado, só recentemente começou a implementar uma rede de esgoto sanitário de maneira adequada. Se um município desse padrão tinha esse tipo de tratamento, basta imaginar no restante do Brasil. Isso se estende às escolas”, afirma ele, que é secretário da Educação de Santa Catarina.

A vice-presidente União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Manuelina Martins, diz que saneamento básico é um investimento alto. “E como o município não tem recurso suficiente, acaba priorizando outras questões, como ampliar uma escola, por exemplo. Infelizmente, 70% dos municípios brasileiros sobrevivem do FPM (Fundo de Participação dos Municípios). Além disso, ficam dependentes de programas do governo federal”, diz.

Deschamps diz que foi proposta ao ministro Renato Janine Ribeiro uma discussão acerca do financiamento da educação e de como deve ser feita a redistribuição de recursos. “Os municípios têm o desafio da educação infantil e de gerir escolas que têm um número de alunos muito pequeno e que são isoladas, ou seja, precisam fazer um investimento significativo para dar as condições adequadas. Já os estados possuem o desafio do ensino médio.”

Para a arquiteta Emilze de Carvalho, autora do projeto Padrão Nacional de Escolas de Tempo Integral, apesar da falta de verbas ser um fator preponderante, ele não pode ser uma desculpa. “Penso que é fundamental e necessário, sim, ter mais recursos para a educação, mas é preciso se apropriar de ferramentas de gestão, planejamento e transparência necessária às instituições. Uma boa gestão consegue o envolvimento de profissionais de arquitetura, engenharia, empresários, representantes da comunidade local e administradores públicos, com desempenho justo de suas funções, e promove a realização de uma infraestrutura efetivamente adequada.”



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O Ministério da Educação diz que nos últimos 20 anos a ampliação dos serviços de saneamento básico no Brasil e o acesso da população à internet se beneficiaram de “profundos avanços”. “Ainda existem muitos desafios, principalmente relacionados com as desigualdades regionais quanto à disponibilidade de infraestrutura adequada. Assim, temos uma potencial demanda a ser cumprida, tanto no acesso de escolas à internet, como na instalação de rede de esgotos, sobretudo nos endereços de escolas públicas localizadas em territórios de vulnerabilidade social.”

### Avanços, mas graduais

Os dados do Inep mostram que o progresso tem sido lento na maioria dos itens estruturais. O percentual de escolas com bibliotecas, por exemplo, só passou de 33% para 36% de 2010 para 2014. Já em outros, houve um avanço mais significativo: 45% das escolas já contam com laboratórios de informática, ante 35% em 2010.

Na visão do professor Joaquim Soares Neto, da Universidade de Brasília (UnB), leis como o Plano Nacional de Educação (PNE) têm ajudado a fazer com que os números educacionais do Brasil avancem aos poucos. “Há uma política de melhoria das estruturas das escolas, claramente dá para ver isso. Mas como a gente está falando de um sistema de quase 200 mil escolas, existem locais em que isso está melhorando de forma mais sistemática e em outros, não”, diz Neto, que foi presidente do Inep entre 2009 e 2011.

Ernesto Martins Faria, coordenador de projetos da Fundação Lemann, tem o mesmo entendimento. “Os percentuais de escolas não ilustram de forma completa quais são as principais necessidades. Temos escolas de diferentes tamanhos, sendo que as escolas que enfrentam as maiores dificuldades, em grande parte, atendem poucos alunos. Isso faz com que quando ponderemos esses dados pelo número de matrículas o cenário se mostre mais positivo.”

Há determinados espaços nas escolas, porém, que não têm recebido atenção dos gestores ao longo dos anos. A quadra de esportes é um exemplo. Só 32% das unidades contam com o espaço – número não muito diferente do de 2010 (28%).

“Considero as quadras um espaço fundamental. Ela passa por uma questão de concepção do papel do desporto escolar na educação. O que se aprende em uma quadra esportiva tem uma importância para a sociedade igual ao que se aprende em uma aula de matemática, português ou ciências. Nos Estados Unidos e no Japão, o desporto escolar é valorizado. Nos EUA, a criança começa desde a escola até se profissionalizar, participando de competições. Só 1% vira, de fato, atleta, mas o objetivo é propiciar outros aprendizados com a prática”, afirma Thiago Alves, da UFPR.

Ele ressalta a falta de planejamento como um dos entraves para a melhora tanto na oferta como na qualidade dos equipamentos escolares. “Não há correta previsão de curto, médio e longo prazo na questão de oferta de ensino nas redes. Quantas matrículas serão ofertadas daqui a cinco anos, dez anos? Sem essa projeção, não é possível prever quantas escolas são necessárias ou quantas precisam ser adequadas.”



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Além das quadras, só 11% das escolas possuem um laboratório de ciências e 21%, uma sala de leitura.

O Censo Escolar é realizado todos os anos e coleta, além de dados sobre a infraestrutura dos estabelecimentos, números de matrículas e estatísticas de abandono e de rendimento escolar. Neste ano, o Inep prorrogou o prazo para envio dos dados pelos gestores. As informações para o Censo 2015 deverão ser enviadas até o dia 28 deste mês.

Para Neto, um dos obstáculos para uma análise ainda mais apurada dos dados é o fato de não haver uma medida de acompanhamento da manutenção dos equipamentos. “Os dados mostram os bens que a escola possui. Sobre o estado desses equipamentos, no entanto, não há dados disponíveis.” É possível, portanto, que escolas possuam computadores, mas eles não estejam funcionando, por exemplo.

O G1 visitou uma cidade que pode ser considerada exceção no país. Água Comprida (MG) é uma das três do Brasil em que todas as escolas contam com oito itens de infraestrutura selecionados (rede de esgoto, rede de água, coleta de lixo periódica, quadra de esportes, biblioteca, sala de professores, acessibilidade e internet).

Referências no país, escolas de Água Comprida dividem o mesmo prédio

Em Água Comprida, no interior de Minas Gerais, as condições físicas de duas escolas – uma municipal e uma estadual – as qualificam como referência no país, segundo levantamento feito pela Fundação Lemann e pela Meritt a pedido do G1. O curioso é que elas dividem o mesmo prédio e, portanto, juntas, compartilham a sala de professores com banheiro unissex, cantina, cozinha com dispensa, biblioteca informatizada aberta à população, quadra esportiva e horta.

E quando se fala de boa educação, no índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2013, as escolas da cidade apresentaram índice 5,8, enquanto a média nacional foi de 5,2 para séries iniciais e 4,2 para finais.

Com uma população de 2.067 habitantes, as escolas de um prédio só são consideradas pelos alunos, professores e diretores um espaço assistencial engajado em oferecer possibilidades.

Só há três cidades no Brasil em que todas as escolas contam com oito itens de infraestrutura selecionados pela reportagem (rede de esgoto, rede de água, coleta de lixo periódica, quadra de esportes, biblioteca, sala de professores, acessibilidade e internet). Água Comprida é uma delas. As outras duas também são de MG: Central de Minas e Goiabeira.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O prédio que abriga os alunos funciona desde 1955. De um lado recebe 210 estudantes na Escola Municipal General Osório, do outro, 240 na Escola Estadual José Acácio da Silva.

Para atender alunos da educação infantil ao 5º ano da rede municipal são oito salas de aula, uma biblioteca, parque de diversões, banheiros, secretaria e diretoria. Do 5º ano ao ensino médio a educação é pela rede estadual e dispõe de cinco salas de aula, sendo uma com rampa, biblioteca, sala de recursos audiovisuais, secretaria e diretoria.

O diretor da escola estadual, Luiz Fernando Oliveira, está no cargo há sete meses e reconhece que a instituição passa por transformações cujos benefícios já são visíveis. “A nossa estrutura física e pedagógica está muito boa em relação ao Estado. Também fazemos um trabalho com a Superintendência Regional de Ensino e com a prefeitura para aperfeiçoar o nível de qualidade da educação dos nossos alunos. Ainda temos o aperfeiçoamento do nosso espaço para adequar à acessibilidade, levar mais conforto aos alunos, professores e servidores de um modo geral”, conta.

O aluno do 8º ano Carlos Raphael Custódio aprova as melhorias recentes na escola. “É uma boa estrutura com os melhores livros de todas as matérias e assuntos. O ambiente é amigável. O laboratório de informática e a sala multimídia são locais importantes para pesquisas e para os professores fazerem trabalhos e tarefas em um local mais descontraído”, afirma.

Keila Cristina Custódio é mãe do estudante e enfatiza que o ambiente se tornou atrativo e um estímulo para Carlos estudar. “A direção está muito boa e com novos projetos. Isso o estimulou a estudar, pois antes não gostava muito. Vejo que a escola tem esse papel de melhorar cada vez mais a vida do estudante”, ressalta.

Representando a escola municipal, a secretária de Educação Aparecida Neile atenta para as reformas constantes na estrutura. O objetivo é aliar o bem-estar à educação. “Temos ótimos profissionais. Todos têm extrema responsabilidade. Temos projetos inclusive para a parte de piso. A intenção é trocar todos. Terminando a reforma que estamos fazendo do lado de fora, ficaremos com um aconchego bem gostoso para as crianças e funcionários”, afirma.

Cozinheira autônoma, Kellen Patrícia é avó de Ana Letícia, que cursa o pré 1. Por conhecer de perto o sistema de ensino, ela optou por matricular a neta na escola.

“Eu estudei na escola e posso dizer que o estudo é muito evoluído, com bons ensinamentos para nossos filhos e netos. Além disso, sempre tem comemorações para a família e isso faz ser um lugar participativo e aberto a todos.”

### Abertas à comunidade

Quem precisa de usar a biblioteca em Água Comprida não precisa necessariamente estudar nas duas escolas. Uma das três salas é aberta para uso comunitário e ainda conta com equipamentos de informática disponíveis – benefício que se tornou frequente na vida do estudante Jhonathan Luiz.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Ele estudou desde a 2ª série nas escolas, mas atualmente usufrui do espaço para a graduação em Comunicação Social. “A escola foi um grande alicerce na minha vida estudantil. Me ajudou a cursar uma faculdade. Além de o ensino ser muito bom e os professores serem maravilhosos, temos a biblioteca junto com a escola e que é aberta não só para os alunos”, destaca.

### Acessibilidade

A inclusão social se tornou tema constante na pauta da instituição estadual, que atualmente tem dois alunos cadeirantes. Isabella Vitória faz o 8º ano e dispõe de mesa especial. Graças à implantação de uma rampa e mudança na largura da porta, ela se sente incluída no meio em que vive.

Isabella e outro aluno cadeirante, além de estudantes que requerem atenção extra, contam com apoio integral da professora Maria Abadia Moreira Botelho. Na instituição estadual há 18 anos, ela afirma que a inclusão deve avançar ainda mais no próximo ano.

“Acho que a estrutura está bem favorável a todos os alunos. Estamos pensando seriamente no ano que vem em promover uma sala para trabalharmos mais com eles, que precisam de aprendizagem mais adequada”, adianta.

### Alimentação e contação de histórias

Na cantina, as preocupações alimentares são sanadas com o auxílio de uma nutricionista. A servicial Kenia Beatriz é uma das profissionais que cuidam das refeições.

Segundo ela, o cardápio é variado e se preocupa principalmente com os alunos da área rural. “Os meninos que às vezes vêm de fazenda têm um lanche antes da merenda, porque muitas vezes não dá tempo de almoçarem. Nossa merenda pode-se dizer que é completa. Às vezes é melhor até que a da casa da gente, porque é muito rica em carnes, frutas e também tem sobremesa algumas vezes na semana. Além das variedades no cardápio que a nutricionista ajuda a preparar”, diz.

Um projeto de êxito no setor municipal é o “Contação de Histórias”. A educadora Liliane Oliveira é quem se encarrega de estimular a leitura e a formação de valores. “A gente trabalha com a contação de histórias. Os alunos menores têm acesso aos livros e ao material lúdico, onde realizamos algumas brincadeiras. No caso dos alunos maiores, do 1º ao 5º ano, trabalhamos essa ludicidade e um pouco de valores. Uma vez por semana, eles têm o direito de pegar um livro na escola e fazer essa leitura”, explica.

### Esporte precisa de melhorias

É na quadra de esportes que a necessidade de melhorias se faz mais urgente. A professora Faída Leal tenta proporcionar aos estudantes atividades físicas e esportivas, mas a falta de materiais e o piso de cimento do ginásio dificultam avanços no trabalho.

“A gente precisaria de mais materiais como bolas, redes e tudo. O piso poderia ser melhor porque não é muito adequado, mas vamos levando de acordo com a nossa



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

possibilidade. Mas mesmo assim damos praticamente aula de tudo mesmo, como futebol, vôlei, queimada”, afirma.

### Pedagogia aplicada

O acompanhamento pedagógico é trabalhado por meio da participação familiar e de programas já em prática ou agendados. Na parte estadual, a supervisora integral Cleusa Ivone destaca que o aproveitamento dos alunos foi melhorado com o uso de modelos de provas e atenção constante dos discentes.

“Quando vemos que um deles precisa de reforço, todos os professores trabalham em cima. Temos feito projetos, mesmo pequenos, que deram resultados. Ainda temos certa resistência por parte dos alunos em relação a, por exemplo, trazer os pais para a escola. Entretanto, sem a presença dos pais na escola fica difícil qualquer projeto dar certo e ser satisfatório”, afirma Cleusa.

Na escola municipal, a alfabetização se tornou o principal compromisso para melhorar a aprendizagem. Segundo a coordenadora pedagógica Ângela Marta, o pacto de alfabetização pela idade certa, proposto pelo Ministério da Educação, foi aderido em 2014 e fez diferença. “Eu vejo que essa formação contribuiu muito para a prática pedagógica dos alunos em sala de aula. Temos as aulas de reforço também para aqueles de baixa aprendizagem e têm dado resultado significativo, embora não atinjam totalmente a meta que a gente prevê”, destaca.

Para este ano, os alunos continuarão também com suporte odontológico semanalmente para limpeza simples e direcionamento para demais tratamentos. A atenção psicológica e familiar é feita em parceria com o Conselho Tutelar e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

O calendário tem ainda o Projeto Sanitarista Mirim para o 4º ano, em parceria com o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), fora projetos de educação ambiental e sustentabilidade e antibullying, em parceria com o Serviço Social do Comércio (Sesc), e projetos de xadrez.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 18/08/2015
<b>Assunto:</b> Segregação		<b>Página:</b> Online



### OPINIÃO: SEGREGAÇÃO ESCOLAR

**"Estudos revelam mecanismos nas redes públicas que prejudicam alunos mais pobres na procura pelas melhores escolas", afirma Antônio Gois**

**Fonte: O Globo (RJ)**

Um terço dos Alunos da rede municipal do Rio muda de Escola pública ao longo do primeiro ciclo do Ensino fundamental. Depois, ao se formarem nessa etapa, quase todos terão que fazer o mesmo, pois são poucos os estabelecimentos que oferecem também o segundo ciclo. No mundo ideal, essas mudanças teriam pouca relação com a origem social de cada família. Na prática, não é o que acontece, como demonstram estudos feitos pelo Laboratório de Pesquisa em Oportunidades Educacionais da UFRJ.

Essa linha de pesquisas atraiu o coordenador do laboratório, Márcio da Costa, há cerca de dez anos, quando visitava uma Escola municipal. Uma assistente de pesquisa que o acompanhava questionou se aquele ele era realmente um colégio público, afinal, mesmo bem próximo de uma favela, praticamente não havia Alunos negros. Ouviram então da diretora que ali ela não deixava entrar Aluno de favela.

A segregação no Brasil já ocorre quando só famílias com mais recursos matriculam filhos em Escolas privadas. As pesquisas do grupo da UFRJ, porém, tratam principalmente do sistema público. Um estudo de Mariane Koslinski e Julia de Carvalho identificou que, na transição de uma Escola do primeiro ciclo para outra do segundo ciclo no Rio, havia uma tendência de Alunos de famílias mais pobres de continuarem estudando em Escolas de menor desempenho, que atendem crianças igualmente mais vulneráveis. Uma das razões que explicavam isso era o fato de muitos diretores trocarem informações entre si sobre o perfil dos Alunos, direcionando os de melhor desempenho para colégios igualmente melhores.

A segregação, como demonstram Costa e Tiago Batholo em outro trabalho, acontecia em alguns casos até com estudantes de melhor desempenho sendo alocados para o turno da manhã, deixando os mais pobres ou indisciplinados para o horário da tarde.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Ao fazer entrevistas com pais para entender o problema, Costa, em parceria com Ana Pires do Prado e Rodrigo Rosistolato, ouviu relatos como o de uma mãe que contou que só após a interferência de um deputado conseguiu a vaga na Escola. Outra reclamou que, por várias vezes, uma funcionária de outro colégio sequer lhe informava sobre datas e procedimentos para matrícula.

A segregação não é privilégio carioca, e outra pesquisa de Costa e Tiago Bartholo revela que os índices são ainda maiores em Curitiba, São Paulo e Belo Horizonte. No Rio, as conclusões desses e outros estudos têm levado a prefeitura a fazer mudanças no sistema de matrículas. Os pais, por exemplo, passaram a poder indicar on-line uma Escola de preferência.

Não existe sistema no mundo capaz de acabar por completo com o problema. Se a escolha couber exclusivamente à família, filhos de pais de menor renda e Escolaridade serão prejudicados, pois esses têm menos condições de identificar e viabilizar a matrícula nas melhores Escolas (a experiência do Chile evidencia isso). Por outro lado, tampouco funciona alocar crianças de acordo apenas com seu local de moradia. Em cidades com níveis tão altos de desigualdade como as nossas, a tendência é a de criação de guetos, com Alunos de áreas vulneráveis condenados a estudar apenas com outros de mesma condição social e nos mesmos estabelecimentos, em geral, de pior qualidade.

O desafio é encontrar um equilíbrio que concilie a justa preocupação das famílias pelas melhores Escolas possíveis com uma regulação que evite a concentração de mais pobres nos piores colégios. Não é uma tarefa simples, mas conhecer a fundo o problema é o primeiro passo para enfrentá-lo.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 18/08/2015
<b>Assunto:</b> Números		<b>Página:</b> Online



### DISPARIDADE NO CUSTO ANUAL DO ALUNO

Enquanto no Ceará o custo é de R\$ 2.576 - uma média mensal de R\$ 214 -, em São Paulo a soma é de R\$ 3.395

**Fonte:** Diário do Nordeste (CE)

Dentro da própria rede estadual, também há diferença no valor investido por Aluno ( Fotos: Érika Fonseca ) Salas quentes, com iluminação precária; Professores mal remunerados; equipamentos quebrados e outros sem manutenção; e falta de materiais básicos, como papel e até tinta para o pincel do Professor são precariedades frequentemente encontradas em Escolas das redes municipais e estadual.

Além do problema de gestão, tem ainda o de financiamento, que está muito aquém do necessário para o Estado. Para garantir uma Educação de qualidade, o Brasil teria que aumentar em até três vezes o valor investido por Aluno na rede pública. É o que aponta levantamento feito pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação - uma rede com mais de 200 grupos e entidades distribuídas pelo País ligadas a governos, movimentos sociais, ONGs, entre outros.>"Nós precisamos de mais recursos", diz Izolda Cela Creche em tempo integral, que atende crianças de até 3 anos, é a etapa educacional mais carente de recursos. A referência do Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQ) - instrumento criado pela Campanha e incorporado ao Plano Nacional de Educação (PNE) - define que o ideal a ser investido seria R\$ 10 mil anual por Aluno. Enquanto isso, esse valor é de apenas R\$ 3,3 mil.

Observa-se, ainda, enorme disparidade no custo anual por Aluno entre os estados. No Ceará, por exemplo, é de R\$ 2.576,36 - uma média de R\$ 214,69 por mês. Enquanto, em São Paulo, soma R\$ 3.395,00. Dos 26 estados da federação mais o Distrito Federal, dez precisaram de recursos da União para complementar o orçamento deste ano, entre eles o Ceará.

#### Receita

Conforme o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fundeb), a receita estimada para o Estado neste ano é de R\$ 5,2 milhões. Destes, R\$ 4 milhões financiados pelos municípios e Estado, e R\$ 1,1 milhão de complemento da União (22,6%). No País, a receita estimada para o custeio da Educação é de R\$ 132,1



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

milhões, sendo R\$ 121,2 milhões por parte dos estados e municípios (97,74%) e R\$ 10,9 milhões de complemento da União - o equivalente a 8,25%.

O Professor Idevaldo Bodião, integrante do Comitê Ceará da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, considera a quantia ínfima, já que o governo federal é que mais arrecada impostos. Para ele, a Campanha defende, dentro do Plano Nacional de Educação (PNE), uma equidade na distribuição dos recursos. Significa que o custo anual por Aluno deve ser o mesmo para todas as redes municipais e estaduais, em todas as regiões do País.

Dos 184 municípios cearenses, observa o especialista, só cerca de 20 efetivamente arrecadam. Os demais não dispõem de recursos. "Como vou pensar que esses municípios são capazes de financiar a sua própria Educação? Por isso a gente defende que eles precisam receber o que é necessário para garantir o mínimo. Estamos falando de insumos, um prédio com boas instalações, carteira, computador, biblioteca, Professor com salário do piso, o que é pouco", frisa.

Apesar de não ser garantia de que o País teria uma Educação pública de qualidade, Bodião ressalta que uma maior equidade na distribuição dos recursos asseguraria ao Estado as condições mínimas de trabalho para pensar em um planejamento de rede e de Escola.

"Basicamente o que a gente tem que fazer é instituir um Sistema Nacional de Educação e nele garantir o financiamento do sistema, entendendo que é preciso uma distribuição mais equânime das responsabilidades em função da capacidade de arrecadação. Hoje, quem arrecada menos (municípios), acaba sendo responsável pela Educação básica. É isso que a Campanha está tentando corrigir", reforça.

### Limitações

Quem convive com o cotidiano Escolar sente na pele as limitações da rede. Humberto Mendes, coordenador da Escola Adauto Bezerra, comenta que como os recursos quase sempre são insuficientes, a elaboração de materiais didáticos e uma série de outras questões que poderiam ser mais bem elaboradas, caso houvesse mais de recursos, ficam comprometidas.

"São problemas que regularmente acontecem. É um ventilador que quebra, um multimídia, um notebook. Tudo isso acaba prejudicando o funcionamento pleno das instituições, que poderiam ter um trabalho muito mais potencializado", destaca. Para agravar a situação, o coordenador denuncia que, dentro da própria rede estadual, há uma disparidade do custo Aluno, por isso defende uma paridade na distribuição dos recursos o que, ainda assim, não seria suficiente.

Outro aspecto analisado por Bodião é a forma como é mensurada a qualidade do Ensino. Ele alerta que o Brasil está caindo na armadilha de definir a qualidade pela performance dos exames. Na prática, completa, a dinâmica dessas provas acaba se transformando na proposta pedagógica da Escola, que está se especializando em



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

preparar Alunos para prestar exames. "Se você visitar uma Escola dois meses antes do Spaece Alfa, não vai ver os Alunos fazendo outra coisa a não ser repetir os exercícios que caem na prova, o que é um caminho equivocado", adverte.

### Constituição

A Constituição vigente determina que um mínimo de 25% das receitas tributárias de estados e municípios - incluídos os recursos recebidos por transferências entre governos - e de 18% dos impostos federais devem ser aplicados na Educação.

### Lei nº 11.949

É instituído no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, um Fundo de Manutenção da Educação básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)

### Artigo 2º

Os Fundos destinam-se à manutenção e ao desenvolvimento da Educação básica pública e à valorização dos trabalhadores em Educação, incluindo sua condigna remuneração

### Custo Aluno qualidade (CAQ)

Mecanismo criado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Ele traduz em valores o quanto o Brasil precisa investir por Aluno ao ano, em cada etapa e modalidade da Educação básica pública, para garantir, ao menos, um padrão mínimo de qualidade do Ensino.